



À espera de ato pacífico, Senado debate tarifa reduzida



Genaldo Migeal/Agência Senado

Na sessão presidida por Lindbergh (3º à dir.), Fortunati (2º à dir.) calculou em 9% a redução da tarifa em Porto Alegre com o projeto

Ato marcado para hoje em frente ao Congresso pode reunir mais que as 10 mil pessoas presentes à marcha de segunda-feira. Presidente interino da Câmara diz que patrimônio público tem de ser preservado

Vários senadores defenderam ontem a legitimidade das manifestações populares dos últimos dias. Eles esperam que novo ato marcado para hoje em frente ao Congresso seja pacífico. De todo modo, o presidente interino da Câmara, André Vargas, disse que serão adotadas medidas para preservar

o patrimônio público. Durante debate no Senado sobre projeto de estímulo ao transporte coletivo, Lindbergh Farias afirmou ser possível a redução de até 15% nos preços das passagens. Participaram do encontro Paulo Ziulkoski, da Confederação Nacional de Municípios, e o prefeito de Porto Alegre, José Fortunati. **3 e 5**

Comissão de Justiça aprova indicação de novo ministro do TST 8

Promotores e auditores visitam Renan por apoio contra a PEC 37 2

Novas regras para divisão de recursos do FPE já estão com deputados 7

Definida idade de 60 anos para pagar benefício a idoso carente 6

Vai para Câmara projeto que cria cartão nacional do SUS 6

Aprovadas normas gerais para concursos públicos 8



Genaldo Migeal/Agência Senado

Moacyr Duarte, da ABCR, senador Wilder Morais e Orlando Strambi, da USP, participam da audiência sobre mobilidade

Especialista pede mais corredor de ônibus

Em audiência na Comissão de Serviços de Infraestrutura, Orlando Strambi, professor de Transporte Urbano na USP, disse que os corredores exclusivos de ônibus são essenciais para que as cidades

enfrentem os congestionamentos. Para o presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, Moacyr Duarte, a boa conservação das estradas depende de mais pedágios. **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Participantes de debate realizado ontem na CDH, como João Capiberibe (à direita, no alto), criticaram aprovação do projeto da "cura gay" na Câmara

Movimento quer inserir união gay na Constituição

Parlamentares e integrantes do movimento LGBT defenderam na Comissão de Direitos Humanos a previsão, na Constituição, do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. O direito é garantido por resolução do CNJ que obriga cartórios a formalizar união homoafetiva. **3**

Associações pedem a Renan rejeição da PEC 37

Proposta em tramitação na Câmara extingue poder de investigação do Ministério Público, segundo representantes. Eles pediram apoio a Renan Calheiros e apresentaram projeto de lei alternativo

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, recebeu, na tarde de ontem, membros do Ministério Público, servidores e representantes de associações ligados ao MP e tribunais de contas que pediram a rejeição, no Senado, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/2011. A PEC, que tramita na Câmara dos Deputados, define a competência para a investigação criminal pelas Polícias Federal e Civil. Na prática, a proposta tira poder de investigação do Ministério Público.

De acordo com a presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Cavalcanti, Renan se mostrou sensível à causa e disse entender que é preciso regulamentar a atuação de todos os órgãos com poder investigatório.

Norma disse que a PEC 37 extingue a investigação pelo Ministério Público. Ela reconheceu que o Ministério Público carece de regras e apresentou a Renan uma



Promotores de Justiça e auditores conversam com Renan (centro, à dir.)

sugestão de projeto de lei que regulamenta a investigação criminal. Segundo Norma, o projeto pode colaborar para uma segurança pública mais eficaz.

Para a presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil, Lucieni Pereira, não é só a investigação criminal que fica comprometida. Ela lembrou que a questão fiscal também pode sofrer consequências se todas as investigações ficarem “represadas” dentro das polícias. Lucieni apontou

a importância de incluir os governadores na discussão da PEC 37, já que o serviço que fica a cargo do Ministério Público poderá sobrecarregar a atuação das polícias estaduais.

— O Senado, como a Casa dos estados, tem a missão de fazer um amplo debate com os governadores e os secretários estaduais de Fazenda e de Segurança Pública — sugeriu.

Na Câmara dos Deputados, o presidente em exercício, André Vargas (PT-PR), declarou nesta quarta que seria melhor adiar para o segundo semestre a votação da proposta.

Paula Lavigne defende projeto sobre direitos autorais

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e a atriz e produtora cultural Paula Lavigne pediram ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que apoie o projeto que trata da fiscalização da arrecadação de direitos autorais (PLS 129/2012). A proposta resulta da CPI do Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição) e está na Comissão de Constituição e Justiça.

— Acredito que ainda neste ano teremos a sanção presidencial — afirmou Randolfe.

Segundo ele, os recursos dos direitos autorais não são fiscalizados. O projeto cria instâncias de fiscalização e



Observada por Randolfe Rodrigues (D), Paula Lavigne concede entrevista

garante que artistas e compositores saibam quanto devem receber com a reprodução de suas músicas.

Afirmou Paula Lavigne: — Viemos dizer aos líderes que temos urgência. Queremos transparência e

fiscalização do dinheiro.

Ontem, Renan se reuniu com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e com o governador de Alagoas, Teotônio Vilela, para tratar da implantação de um hospital especializado em cardiologia.

Procuradoria do Senado terá coordenador

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) aprovou ontem um projeto de resolução que cria a figura do coordenador da Procuradoria Parlamentar, órgão que tem a função de defender a imagem do Senado. A procuradoria foi criada em 1995, mas nunca teve um coordenador. Agora, o projeto (PRS 22/2013) será analisado pela Comissão Diretora.

O autor da proposta é Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP).

Ele argumenta que a criação do cargo de coordenador dará mais efetividade aos trabalhos da Procuradoria Parlamentar, “que ainda encontra grande dificuldade para cumprir suas obrigações institucionais”.

Conforme determina a Resolução do Senado 40/1995, que criou a Procuradoria Parlamentar, o órgão deve ser constituído por cinco senadores, a serem designados pelo presidente da Casa. O mandato deles é de dois

anos, mas, como é possível uma renovação, pode chegar a quatro anos.

No relatório favorável à aprovação, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) argumenta que é necessário dar condições de funcionamento efetivo a um “órgão indispensável para conduzir a linha de frente da defesa desta Casa contra as movimentações e atos que se alinham em campanhas demeritórias das atividades que aqui se desenvolvem”.

Últimos dias para fazer doações à Campanha do Agasalho

Para ajudar quem mais precisa, a Campanha do Agasalho 2013, do Programa Senado Solidário, continua arrecadando cobertores, roupas e calçados para serem doados a instituições de apoio aos necessitados.

A campanha está prevista para terminar depois de amanhã. Mas, como as caixas coletoras só serão recolhidas na segunda-feira, 24, quem lembrar na última hora ainda terá mais tempo para trazer doações.

Até ontem foram doados 1.358 itens, sendo 108 cobertores e 1.250 peças diversas. Há setores nos quais os servidores reuniram um valor em dinheiro, fizeram pesquisa de mercado e conseguiram comprar cobertores e casacos de boa qualidade a baixo preço. É possível, portanto, que o número de peças arrecadadas aumente bastante, pois muitos ainda não entregaram os produtos comprados.



Denis Fontes de Souza Pinto será o novo embaixador na Santa Sé

Plenário aprova embaixador no Vaticano

O Plenário do Senado aprovou ontem a indicação de Denis Fontes de Souza Pinto para exercer o cargo de embaixador no Vaticano e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

A prioridade dada à votação do nome do embaixador foi justificada pela agenda bilateral, com a vinda do papa ao Brasil, em julho, para a Jornada Mundial da Juventude — na qual se estima a presença de cerca de 2 milhões de fiéis.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 18h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

- PLENÁRIO Áreas de livre comércio**
14h Proposta de emenda à Constituição (PEC 7/2010) que prorroga benefícios para áreas de livre comércio e para a Amazônia Ocidental está entre itens da pauta.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**
16h O senador Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão plenária.
- CRA Desconto de energia**
8h30 Energia elétrica que for utilizada para irrigação e aquicultura poderá ter descontos especiais nas tarifas. O projeto consta da pauta de votações da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.
- SAÚDE Reunião ordinária**
9h Reunião de trabalho da comissão temporária que propõe soluções ao financiamento do sistema de saúde.

- CRE Amazon e ministro Patriota**
9h Audiência pública sobre campanha contra a privatização do domínio *amazon*. Às 10h30, o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, fala sobre a Aliança do Pacífico e o Mercosul.
- CAS/CCI/CAE Atuação da ANS**
10h Comissões realizam audiência pública conjunta com o diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, André Longo Araújo de Melo, que deverá prestar contas da atuação do órgão.
- CMC Convenção-Quadro**
10h Reunião conjunta com a Comissão de Relações Exteriores da Câmara para ouvir a secretária-executiva da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, Christiana Figueres.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **8h30**, **reunião da Comissão de Agricultura**; às **10h**, **audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça**. E, às **14h**, **a sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

Congresso Nacional espera ato pacífico hoje

Mesmo com essa expectativa, Parlamento vai adotar medidas para proteger o patrimônio público, segundo o presidente interino da Câmara, deputado André Vargas

NOVA MANIFESTAÇÃO POPULAR está prevista para hoje em frente ao Congresso. A meta anunciada em redes sociais pelo grupo Acorda Brasília é reunir um número bem maior que as 10 mil pessoas presentes na marcha da última segunda-feira, mas a expectativa dos senadores é de um ato pacífico.

A legitimidade dos protestos voltou a ser defendida ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Segundo ele, a principal lição a ser aprendida neste momento é a da "humildade". No entender do senador, os brasileiros querem ampliar seus direitos e o Legislativo está pronto para "fazer a sua parte".



Lio de Paula/Agência Senado

Renan (E) voltou a destacar a legitimidade das manifestações

— Temos que respeitar as manifestações e esperar que as coisas não se exacerbem — afirmou.

O presidente interino da Câmara dos Deputados, André Vargas, disse à agência de notícias daquela Casa que já conversou sobre o assunto com Renan e com o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz.

Vargas anunciou que serão adotadas medidas para proteger o patrimônio público, mesmo que a expectativa seja a de um protesto pacífico.

— O Congresso Nacional já deu um sinal: teremos uma comissão geral na próxima quarta-feira para discutir um dos assuntos centrais do movimento: a tarifa



Moreira Manz/Agência Senado

Senador Paulo Paim defende o diálogo com os manifestantes

do transporte público. A manifestação é uma festa da democracia, mas deve ser tranquila e serena — pregou.

O deputado adiantou que, ao contrário do que ocorreu na segunda, não será permitida a ocupação do teto do Congresso, para não colocar em risco a integridade dos próprios manifestantes.

Entre os temas do novo ato, estão a redução do preço de passagens, as

críticas aos custos com a Copa do Mundo e a rejeição à PEC 37/2011, que retira o poder de investigação do Ministério Público. Os manifestantes também pedem mais investimentos em saúde e educação.

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu o diálogo com os manifestantes e disse esperar um protesto pacífico. Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), é preciso "ouvir os manifestantes com maior atenção".

Ontem, por volta das 22h, cerca de 200 pessoas se aproximaram do Congresso, mas foram contidas pela PM. Elas vieram da Estação Rodoviária de Brasília, palco de manifestação por transporte melhor e passagens mais baratas.

PASSAGENS NO RIO E EM SÃO PAULO VOLTAM A PREÇO ANTERIOR

A onda de manifestações já produziu efeitos. No início da noite de ontem, foi anunciada a redução do preço das passagens em São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). Na capital paulista, o preço baixou 20 centavos e voltou aos R\$ 3,00. Idêntica redução na capital fluminense deixou a passagem em R\$ 2,75. Outras cidades já haviam anunciado a redução da tarifa.

Na Câmara, André Vargas defendeu o adiamento para o segundo semestre da votação da PEC 37/2011. A resistência à proposta que retira poder do Ministério Público é um dos temas mais importantes das manifestações. Vargas reconheceu que o assunto é polêmico e que nenhum partido tomou posição a respeito. Dessa forma, não há consenso entre os líderes sobre a matéria.



Lio de Paula/Agência Senado

Segundo Cristovam, políticas equivocadas já duram anos

Democracia está doente, afirma Cristovam Buarque

A classe política tem se mantido alheia às reivindicações da população, disse Cristovam Buarque (PDT-DF).

— Ou olhamos com a percepção de algo que estava sendo gerido, gestado ao longo de anos, por políticas equivocadas, ou caminhamos, não digo para a morte vinda da ditadura, mas para a morte de uma democracia que não tem sintonia com a opinião pública.



Lio de Paula/Agência Senado

Cyro: os Três Poderes devem assumir responsabilidades

Para Cyro Miranda, "é preciso acordar e questionar"

"É preciso acordar" diante das manifestações nos últimos dias, disse Cyro Miranda (PSDB-GO). Para ele, os Três Poderes têm de assumir responsabilidades e é preciso questionar o governo diante do atual quadro econômico.

Ele citou artigo do *Correio Braziliense* em que o jornalista Antonio Machado afirma que a movimentação demonstra amadurecimento.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Taques, a causa das manifestações é a indignação

É necessário ouvir mais o que vem das ruas, diz Pedro Taques

"Temos de reconhecer que ainda precisamos ouvir muito mais o que vem das ruas", disse Pedro Taques (PDT-MT). Para ele, a "bronca" dos protestos populares diz respeito à classe política.

— Ninguém na classe política pode dizer que sabe o que o povo está querendo dizer quando se une e vai às ruas.

Para ele, os protestos populares tornaram cada cidadão um partido.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Poder mobilizador da internet é desperdiçado, diz Figueiró

Figueiró: jovens foram esquecidos pelos partidos

Os partidos precisam chamar os jovens para participar do processo político, disse Ruben Figueiró (PSDB-MS). Para o senador, os jovens se sentem abandonados no meio partidário desde o governo militar, quando foram extintas as "legendas tradicionais".

Na opinião dele, os partidos não têm conseguido se valer do potencial de mobilização da internet e das redes sociais.



Lio de Paula/Agência Senado

Raupp: protestos demonstram consolidação da democracia

Raupp considera reivindicações populares legítimas

A legítima indignação com o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo foi ganhando proporções cada vez maiores, contagiando mais pessoas, se alastrou pelo resto do país e aglutinou um conjunto de reivindicações igualmente legítimas, disse Valdir Raupp (PMDB-RO). Para ele, a origem dos protestos é "genuinamente popular", mesmo com episódios isolados de violência.



Lio de Paula/Agência Senado

Souza vê descontentamento popular com o Legislativo

Souza aponta crise de representação política no país

A crise de representatividade política é a principal causa dos protestos populares no país, na opinião de Sérgio Souza (PMDB-PR). Para ele, a presença crescente de manifestantes no Congresso e nas assembleias legislativas indica descontentamento maior com o Legislativo.

— Temos de compreender onde estamos desdoando dos anseios da sociedade — disse.

Movimento gay quer mudar Constituição para garantir casamento civil igualitário

Parlamentares e integrantes do movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) defenderam ontem, na Comissão de Direitos Humanos (CDH), a previsão do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo na Constituição.

O direito é garantido por resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que obriga os cartórios a formalizar casamentos entre homossexuais.

O deputado Jean Wyllys

(PSOL-RJ) disse, no entanto, que o movimento precisa enfrentar a homofobia institucional. Ele elaborou proposta de emenda à Constituição. A referência "o homem e a mulher", constante do artigo 226, § 3º, daria lugar a "pessoas".

Embora o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha reconhecido há dois anos a união estável homoafetiva, o advogado Paulo Iotti Vecchiatti manifestou preocupação com mudanças de entendimento do Judiciário.

— Se o Supremo for invadido por conservadores, não se pode desprezar o risco de que possa mudar de ideia.

Gustavo Bernardes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, questionou se não é melhor esforçar-se na aprovação do projeto que criminaliza a homofobia (PLC 122/2006). A proposta aguarda relatório de Paulo Paim (PT-RS) na CDH.

A audiência foi proposta por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)



Marcos Oliveira/Agência Senado

Chico Alencar, Jean Wyllys (1º e 2º à esq.) e João Capiberibe (3º à dir.) na CDH

e Lídice da Mata (PSB-BA). A senadora criticou a aprovação, na terça-feira, do chamado projeto da "cura gay", pela CDH da Câmara.

Em reforço, João Capiberibe (PSB-AP) declarou que quem está precisando de cura "são algumas cabeças deformadas do Parlamento".

Concessionária defende ampliação de pedágio

Presidente de entidade afirmou que praças de cobrança estão mal localizadas, o que faz com que poucos carros paguem a tarifa e, assim, subsidiem a maioria que não paga

COBRAR PELO USO das rodovias (por meio de pedágios) e aumentar a velocidade dos ônibus (por meio de *bus rapid transit*, o BRT, ou corredores exclusivos) são, para especialistas, os caminhos para melhorar a infraestrutura rodoviária e a mobilidade urbana. O tema foi debatido ontem numa audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Para o presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), Moacyr Duarte, a tendência mundial para conservar as rodovias tem sido a cobrança de pedágio pelo sistema *free flow*. Nesse sistema, a cobrança é feita de acordo com a distância percorrida pelo veículo. Pórticos eletrônicos fazem a leitura automática de dispositivos colocados nos carros e, assim, calculam a cobrança.

No Brasil, no entanto, o especialista indica que há muita resistência, porque nem todos os usuários pagam pedágio,



Moacyr Duarte, Wilder Morais e Orlando Strambi participam de audiência pública no Senado sobre mobilidade urbana

devido à má localização das praças de cobrança. Ele deu o exemplo da Rodovia Presidente Dutra, onde há mais de 2 mil acessos, tornando difícil controlar a base de cobrança.

— Na Dutra, menos de 10% dos usuários pagam pedágio. Então 10% subsidiam os outros 90% que usam sem pagar.

O presidente da ABCR crê que é preciso ampliar o número de pagantes para que as tarifas dos pedágios caiam. Para ele, o governo está errando em não

universalizar a cobrança.

— Você hoje deixa muita gente sem cobrar pedágio. No dia em que você tiver que evoluir para o *free flow*, que é um sistema pleno de cobrança automática, você vai ter muita resistência, porque ele não está acostumado a pagar.

O especialista citou o problema das concessões de rodovias. Para ele, a dificuldade está na contratação, devido à aplicação da Lei de Licitações para um contrato que é complexo e

dura 30 anos. Ele defendeu um modelo estrangeiro chamado diálogo competitivo.

— O poder público solicita os interesses, há a apresentação de uma proposta técnica, ele seleciona duas ou três empresas, faz negociação com essas empresas e escolhe uma.

Os cidadãos participaram da audiência por meio do Alô Senado, via telefone (0800 612211), Portal do Senado (www.senado.leg.br/alosena-do), Twitter e Facebook.

Legado da Copa não pode ser só estádio, alerta Vanessa

Senadores levaram para o debate, na audiência pública de ontem, as manifestações que estão ocorrendo em todo o país. Os protestos, que se originaram devido ao pleito de tarifa zero para o transporte público coletivo, também envolveram outros temas, como os elevados gastos com as obras para a Copa do Mundo de 2014 em detrimento da saúde e da educação.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamentou que muitas cidades, como Manaus, não souberam aproveitar a oportunidade da Copa para melhorar a mobilidade urbana, que não deixará nenhum legado à população além do estádio de futebol.

De acordo com o professor de Transporte Urbano da Escola Politécnica Universidade de São Paulo (USP) Orlando Strambi, a ideia do “legado da Copa” é questionável, pois em cidades grandes como São Paulo não há a necessidade do evento esportivo para a melhoria da mobilidade urbana.

— São Paulo desloca diariamente por transporte público cem Copas do Mundo [em número de pessoas]. Ou seja, a pressão está definitivamente estabelecida. Não precisa nenhuma Copa do Mundo para colocar mais pressão na necessidade de melhorar o transporte em São Paulo.

Corredor de ônibus é solução para cidade, diz professor da USP

Orlando Strambi, professor de Transporte Urbano da Universidade de São Paulo (USP), afirmou que o caminho para melhorar a mobilidade urbana é dar prioridade aos ônibus. Para ele, o BRT, modelo de transporte coletivo que combina faixas de circulações exclusivas, estações e ônibus de alta qualidade, tem um custo menor que o metrô e o veículo leve sobre trilhos (VLT) e é muito eficiente.

Para Strambi, é importante fazer projetos adequados de paradas para os ônibus, com



Congestionamento em Brasília: especialista defende prioridade aos coletivos

faixas de ultrapassagem no ponto de parada.

— A maior invenção dos transportes no último século é a faixa de ultrapassagem no ponto de parada. Essa coisa,

extremamente simples, duplica a capacidade dos sistemas de ônibus — afirmou Strambi.

Questionado por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) sobre a possibilidade de um projeto

nacional de investimento pesado no transporte coletivo e na mobilidade urbana, Strambi defendeu os princípios que estão na Política Nacional de Mobilidade Urbana, de 2012.

— As cidades são obrigadas, em até três anos, a elaborar planos diretores, sob pena de não receberem nenhum tipo de auxílio federal para projetos de mobilidade urbana. Então, alguma coisa deve acontecer nos próximos anos e nós vamos saber se aquelas ideias serão adotadas — explicou.

Wilder pede a Dnit que obedeça a Tribunal de Contas e reforme pontes e viadutos

Wilder Morais (DEM-GO), que ontem presidiu a reunião da Comissão de Infraestrutura (CI), pediu ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) que cumpra as determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a conservação de pontes, viadutos e outras obras classificadas tecnicamente como obras de arte especiais.

De acordo com um aviso do TCU enviado ao Senado, as determinações feitas no Acórdão 752/2012, que trata da manutenção, conservação e reparo das obras de artes especiais nas rodovias federais, como pontes e viadutos, foram apenas parcialmente cumpridas pelo Dnit.

— Alertamos ao Dnit que redobre os esforços para cumprir as determinações exaradas pelo acórdão do

Tribunal de Contas da União, tendo em vista os riscos que a manutenção inadequada de pontes, viadutos e outras obras de arte especiais impõem aos usuários das rodovias federais — afirmou Wilder.

O parlamentar pediu aos Ministérios dos Transportes e do Planejamento que o Dnit tenha quadro funcional e recursos necessários para cumprir as atribuições adequadamente. Wilder afirmou que o diretor do órgão, Jorge Fraxe, havia dito que o quadro técnico do Dnit não é suficiente.

— O próprio general Fraxe já afirmou que o Dnit não conta com quadro técnico suficiente, então é imprescindível que o governo fortaleça o Dnit para que a infraestrutura do Brasil avance — afirmou o senador.

Estradas precárias prejudicam economia de Rondônia, afirma Gurgacz

Acir Gurgacz (PDT-RO) chamou a atenção para a audiência que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizará amanhã em Espigão do Oeste (RO) para discutir a infraestrutura de escoamento da produção — atualmente prejudicada, na avaliação do senador, pela precariedade das rodovias.

Gurgacz afirma que é preciso cuidar das estradas para dar tranquilidade aos produtores rurais que sofrem com as condições das estradas de terra.

— São estradas que no período das chuvas transformam-se em grandes atoleiros e no período das secas quase sempre estão esburacadas e com muita poeira, assim dificultando o trânsito de nossos agricultores — disse.

O senador afirmou que estradas em más condições condenam ao atraso regiões de grande potencial.

Entre as demandas dos produtores, ele destacou a proposta de federalização da rodovia RO-387, considerando a função estratégica para Rondônia e Mato Grosso, ou um convênio entre os dois estados para a manutenção.

Gurgacz crê que a reforma nas rodovias melhorará as condições de frete, aumentará a margem de lucro dos produtores e estimulará o turismo na região.



Acir Gurgacz: audiência pública em Rondônia abordará falhas nas estradas do estado

Relator de proposta que institui regime especial de incentivos para o transporte coletivo urbano também prevê melhorias na gestão e na qualidade dos serviços

Projeto pode reduzir tarifas de ônibus em 15%

UMA AVALIAÇÃO DO impacto de benefícios tributários sobre as tarifas e a qualidade do transporte coletivo dominou debate na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ontem, com a presença de prefeitos e entidades representativas dos municípios. Presidente da CAE e relator do PLC 310/2009, que institui o regime especial de incentivos para o transporte coletivo urbano e metropolitano de passageiros (Reitup), o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) previu a possibilidade de redução de até 15% nos preços das passagens.

O prefeito de Porto Alegre e presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), José Fortunati, questionado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), fez os cálculos: a tarifa da capital gaúcha, de R\$ 3, baixa para R\$ 2,86 com a contribuição para o PIS-Pasep e a Cofins reduzidas a zero; para R\$ 2,79, se essa redução for combinada com a isenção do ISS, imposto de âmbito municipal; e para R\$ 2,73, se ficar isenta também do ICMS cobrado pelo estado. No total, uma redução de 9%, percentual que poderá mudar conforme a cidade, porque as alíquotas incidentes sobre as passagens e os insumos usados no transporte urbano variam entre estados e municípios.

Paulo Ziulkoski, presidente



Paulo Ziulkoski (E), Lindbergh Farias e José Fortunati na discussão de incentivos ao transporte realizada pela CAE

da Confederação Nacional de Municípios (CNM), disse que a isenção de tributos federais está contemplada em medidas provisórias (MPs 612/2013 e 617/2013) e a de impostos estaduais e municipais poderá ser dada pelos respectivos entes federados. Por isso, considerou baixa a eficácia do projeto, por tratar de isenções já existentes e não oferecer uma fonte de custeio para o transporte urbano e metropolitano.

Lindbergh mostrou que, além de incorporar as isenções previstas nas MPs, o substitutivo que ele apresentou à CAE, na terça-feira, traz inovações como a diminuição de 2% para 0,5% da contribuição

patronal à seguridade social e a redução a zero do PIS-Pasep e da Cofins na aquisição de insumos relativos a operação dos serviços de transporte, como óleo diesel.

Além disso, prevê a possibilidade de municípios e estados que aderirem ao Reitup reduzirem a zero alíquotas do ISS sobre passagens e do ICMS sobre óleo diesel, chassis, carrocerias, veículos, pneus e câmaras de ar, quando empregados no transporte coletivo urbano e metropolitano.

Mas o impacto maior, conforme Lindbergh, ocorrerá na qualidade dos serviços, com a obrigatoriedade de licitação, a criação de conselhos municipais de transporte, a

implantação do bilhete único e a instituição de laudos técnicos para avaliar o preço da passagem.

— O projeto cria uma coordenação federativa em busca da solução do problema do transporte coletivo — acrescentou o relator e presidente da CAE.

No fim da audiência, Lindbergh anunciou ação articulada entre Senado e Câmara para agilizar a votação do projeto. O deputado Weliton Prado (PT-MG), que participou da audiência, disse que, se o projeto for votado definitivamente na CAE na terça-feira, a Câmara instalará imediatamente a comissão especial encarregada de examiná-lo.

Obrigatoriedade de licitação é grande mudança

Relator da proposta na Câmara, o deputado Carlos Zarattini (PT-SP) destacou, na audiência pública, o impacto da obrigatoriedade de realização de licitação. Segundo ele, em muitos municípios o serviço opera sem a homologação de empresas por concorrência e elas cobram a chamada “tarifa quilométrica”, pela qual quem mora mais longe paga mais caro.

Os prefeitos de Guarulhos, Sebastião Almeida, e de Guarujá, Maria Antonieta de Brito, apoiaram o projeto e disseram que ele representa uma oportunidade para reduzir as tarifas e aperfeiçoar a prestação do serviço à população.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também apoiou a proposta e sugeriu ampliar a discussão para incluir na lei medidas de desestímulo ao transporte individual. Acir Gurgacz (PDT-RO) considerou um grande problema das tarifas a ampliação de gratuidade das passagens, cujo custo acaba recaindo sobre o trabalhador.

Suplicy e Vanessa esperam transparência no cálculo dos preços

Em pronunciamento ontem, Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de promover audiências públicas sobre o projeto que institui regime especial de incentivos para o transporte coletivo urbano e metropolitano de passageiros (Reitup).

— O regime especial exige contrapartidas tanto do estado e do município quanto da empresa concessionária. Assim, esse projeto poderá contribuir para aumentar a racionalização, a transparência e a integração da rede de

transporte público — afirmou.

O projeto, aprovado em 2009 pela Câmara, já passou por duas comissões do Senado e, na Comissão de Assuntos Econômicos, será analisado em decisão terminativa. Caso seja aprovado com mudanças, o texto voltará para a Câmara dos Deputados. A expectativa é de que o projeto seja votado pela CAE na próxima semana.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) registrou também em pronunciamento a participação na audiência promovida pela Comissão de Infraestrutura (CI) sobre o tema



Suplicy informa sobre redução das tarifas em São Paulo e no Rio

mobilidade urbana e, na CAE, sobre o projeto do Reitup

— Em decorrência dos fatos que vêm ocorrendo nas



Vanessa acha péssima a qualidade do transporte coletivo no Brasil hoje

cidades brasileiras, e não só nas grandes cidades, mas nas médias e pequenas cidades, onde a juventude, o povo

organiza manifestações, é um projeto que assume não só uma relevância maior, mas uma urgência para que possa ser apreciado e votado — disse.

Vanessa explicou que o Reitup garante incentivos, por parte da União, para empresas do setor na compra de insumos e no consumo de energia. Também obriga os municípios a terem um Conselho Municipal do Transporte Coletivo e garante “transparência no custo e no valor da passagem do transporte coletivo”, por meio de planilha de composição de preços.

CAS discutirá incentivo a agentes de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai realizar audiência pública para discutir a isenção de tributos para bicicletas e motocicletas adquiridas por agentes comunitários de saúde ou de combate a endemias. O requerimento, aprovado pela comissão ontem, é de autoria dos senadores Cyro Miranda (PSDB-GO), Ana Amélia (PP-RS) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

O Projeto de Lei do Senado 412/2009

é de autoria de João Vicente Claudino (PTB-PI) e estava na pauta da comissão para ser votado na reunião de ontem. Agora, a matéria fica sobrestada, explicou o presidente da CAS, senador Waldemir Moka (PMDB-MS), e só volta à pauta após a audiência pública. Depois de discutido na CAS, o projeto ainda será examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão final.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Subcomissão visitará obras da Copa do Mundo

A Subcomissão de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 aprovou ontem requerimento do presidente do colegiado, senador Sérgio Souza (PMDB-PR), para realização de diligências em estádios e nas obras de infraestrutura e mobilidade urbana nas cidades que receberão os dois eventos.

Os membros da subcomissão visitarão as seguintes capitais: Rio de Janeiro (relativamente à Copa 2014 e às Olimpíadas 2016); São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba,

Natal, Fortaleza, Manaus, Cuiabá e Brasília (para verificar infraestrutura e mobilidade urbana).

As obras em São Paulo devem ser inspecionadas no dia 24 de junho. Em Porto Alegre, a visita dos senadores está prevista para 8 de julho. Até o final do ano, a subcomissão deverá entregar um relatório com a avaliação sobre as obras da Copa.

— Outra preocupação é entender como está sendo gasto o dinheiro público, o dinheiro do cidadão — disse Sérgio Souza.

Aprovada proposta que reduz idade para idoso receber benefício social

Atualmente, o Benefício de Prestação Continuada é pago a pessoas acima de 65 anos; pelo projeto aprovado, idade mínima cai para 60

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em caráter terminativo, o projeto de lei do senador Cyro Miranda (PSDB-GO) que garante o Benefício de Prestação Continuada (BPC) a pessoas a partir dos 60 anos.

O BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/1993), é o benefício de um salário mínimo mensal a idosos acima de 65 anos e a pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida pela família.

Como o Estatuto do Idoso define a pessoa idosa como sendo aquela com mais de 60 anos, o projeto (PLS 279/2012) visa unificar a idade em 60 anos, conforme recomenda a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Ao apresentar o parecer



Waldemir Moka preside a reunião em que a comissão aprovou o projeto de lei de Cyro Miranda (E) que trata do BPC

pela aprovação, a relatora, Ana Amélia (PP-RS), ressaltou que o compromisso da CAS é com os benefícios sociais que a proposição possa gerar. Se houver impedimentos econômicos ou financeiros, explicou a senadora, a proposta poderá

passar ainda pela análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Pela tramitação inicialmente definida, o projeto tem decisão terminativa na CAS e poderá ser enviado para a Câmara dos Deputados caso

não haja recurso para votação pelo Plenário.

Se for encaminhado ao Plenário do Senado, os senadores poderão apresentar requerimento para que a proposição seja examinada pela CAE.

Vai para Câmara projeto que cria cartão nacional do SUS



Emenda de Jucá, relator, prevê que gestor do SUS definirá dados do cartão

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou a criação de um cartão único de identificação do usuário do Sistema Único de Saúde (SUS), com validade em todo o território nacional. A proposta é de Renan Calheiros (PMDB-AL). A decisão da comissão tem caráter terminativo.

O projeto (PLS 342/2012) previa a inclusão no cartão de informações sobre o grupo sanguíneo, o fator Rh e os medicamentos e substâncias

às quais a pessoa é alérgica.

Por meio de uma emenda do relator, Romero Jucá (PMDB-RR), caberá ao gestor do SUS a definição de quais informações devam constar do cartão.

Na avaliação de Jucá, essas informações não resultam em benefícios no momento do atendimento ao paciente e podem dificultar a emissão do cartão. Na opinião dele, esses dados podem constar em outro meio, acessível pelo cartão.

De acordo com o projeto, os cidadãos que não possuem o cartão único não serão impedidos de receber atendimento em estabelecimentos públicos de saúde.

Segundo Renan, embora portarias do Ministério da Saúde regulamentem a elaboração do cartão, a criação não é uma exigência legal.

Como recebeu decisão terminativa, o projeto irá para a Câmara se não houver recurso para votação pelo Plenário.

Texto prevê atendimento de urgência a vítima de estupro

Hospitais que fazem parte da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) deverão prestar atendimento emergencial, integral e multidisciplinar às vítimas de violência sexual.

É o que determina um projeto de lei da deputada federal Iara Bernardi (PT-SP) que foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Se for aprovada também pelo Plenário, a proposta irá para a sanção presidencial.

De acordo com o projeto (PLC 3/2013), o atendimento às vítimas deverá incluir tratamento médico e psicológico, atendimento profilático, facilitação do registro policial da ocorrência e coleta de material para identificação do agressor.

A relatora da proposta na CAS, senadora Ângela Portela (PT-RR), explicou que o projeto de lei define violência sexual como "qualquer forma de atividade sexual não consentida".

Ela ressaltou que o projeto não privilegia vítimas do sexo feminino, mas assegura o atendimento emergencial

a todas as pessoas vítimas, independentemente de gênero ou idade.

A senadora afirmou que também são registrados casos de violência sexual envolvendo crianças, adolescentes e idosos do sexo masculino, além de transexuais, travestis e homossexuais de ambos os sexos.

13º salário pode ficar isento do Imposto de Renda

O 13º salário poderá ficar isento do Imposto de Renda, de acordo com o projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta é de Lobão Filho (PMDB-MA) e agora vai para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Ao apresentar o PLS 266/2012, Lobão Filho explicou que a incidência do Imposto de Renda é feita na fonte com aplicação das mesmas alíquotas da tabela progressiva, o que não permite que o 13º receba abatimentos e deduções. Assim, a cobrança é feita com o uso de alíquotas mais altas.

O 13º salário, ressaltou o relator da matéria, Jayme Campos (DEM-MT), movimenta as compras de final de ano, inserindo os trabalhadores no mercado de consumo. Além disso, observou, o 13º contribui para a formação de poupança que socorre os cidadãos em momentos de endividamento ou de excesso de despesas, como as de educação em início de ano.

De acordo com a Receita Federal, a estimativa de renúncia fiscal em 2013, com a aprovação do projeto, seria de R\$ 7,5 bilhões.

O relator e o autor ressaltaram que a medida não vai afetar o orçamento do governo federal, uma vez que os valores renunciados retornarão aos cofres públicos sob a forma de tributos incidentes sobre o consumo.



Jayme Campos, relator do projeto: salário extra aquece economia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Nova proposta de distribuição do FPE já está em tramitação na Câmara

Votação deve ocorrer até o dia 27. “Não tem sentido ficar sem critério e recorrer novamente ao STF para prorrogação de prazo”, disse Renan

JÁ TRAMITA NA Câmara dos Deputados a nova proposta de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), aprovada na terça-feira no Plenário do Senado. Conforme determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), o Congresso tem até 27 de junho para redefinir o critério de distribuição dos recursos que compõe o FPE. Os repasses aos estados e ao Distrito Federal podem ser suspensos se não houver uma definição a tempo.

Não se sabe como ficará a partilha do FPE se os deputados voltarem a rejeitar

o modelo aprovado pelos senadores.

Ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse acreditar que os deputados têm condições de aprovar a nova proposta até a próxima semana. Para ele, não faz sentido pedir mais tempo ao STF para o Parlamento decidir a questão.

— O Senado fez um esforço e votou novamente outros critérios de distribuição. Esperamos agora que a Câmara aprecie, vote e decida. O que não tem sentido é ficarmos sem critério e ter que recorrer novamente ao Supremo para

prorrogação de prazo — disse.

Renan reconheceu que não é fácil “avançar em matérias federativas, que costumam ser muito complexas”, mas afirmou que as mudanças feitas pelo Senado no sistema foram suficientes para serem aprovadas também na Câmara.

— A expectativa que nós temos é de que, no mais tardar até terça-feira, a Câmara vote também — disse.

Ranking

O texto aprovado terça-feira no Senado (PLS 240/2013 — Complementar) difere em poucos pontos da proposta

anterior, aprovada pelos senadores em abril e rejeitada pela Câmara na semana passada.

Hoje, os estados do Sul e do Sudeste recebem 15% do FPE, enquanto os do Centro-Oeste, Norte e Nordeste ficam com 85%, percentuais que foram mantidos pelo PLS 240/2013. A Bahia lidera o ranking e recebeu em 2012 R\$ 4,6 bilhões (9,39%). O Distrito Federal, em último lugar, recebeu R\$ 342 milhões (0,69%).

O FPE é composto por 21,5% dos recursos arrecadados pela União com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados.



Lia de Paula/Agência Senado

Senador pretende apresentar emenda a projeto do governo

Flexa Ribeiro quer melhorar o Marco da Mineração

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comemorou o anúncio, pelo governo federal, do novo Marco Regulatório da Mineração. O governo propôs alíquota de até 4% para a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), que é o royalty da mineração. Ele anunciou que apresentará emenda para definir o valor das alíquotas.

— Exatamente para que estados e municípios mineiradores tenham a garantia da alíquota que será efetivamente cobrada. Mesmo se a alíquota do ferro, carro-chefe do nosso setor mineral, atingir o máximo proposto, de 4%, ainda seria significativamente inferior à cobrada por nossos concorrentes — afirmou.

Comissão modifica critérios para limites no mar

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou novos critérios para as projeções na plataforma continental brasileira. O projeto propõe uma metodologia para estabelecer as linhas de projeção dos limites entre estados e municípios no mar, que vão influenciar na distribuição de royalties, participação especial e demais receitas decorrentes da extração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

O autor do PLS 96/2013, Vital do Rêgo (PMDB-PB), justifica que, do ponto de vista político-econômico, a metodologia atual gera forte concentração de receitas de petróleo em alguns municípios e estados, que têm linhas ortogonais (adotadas pelo IBGE, para traçar as linhas de projeção dos limites territoriais) se abrindo a partir da costa. Isso prejudica estados como Paraná e Piauí,



Agência Petróleus

Plataforma de petróleo no Rio de Janeiro: projeções influenciam na distribuição de royalties e de outras receitas

onde as linhas ortogonais se fecham.

Segundo o senador, a metodologia proposta — de as projeções seguirem os paralelos ou meridianos, conforme o Oceano Atlântico encontra o litoral brasileiro a leste ou a norte — é mais simples e facilmente replicável. Ao contrário das linhas geodésicas ortogonais, argumenta Vital,

a metodologia independe de critérios subjetivos para ser traçada: uma vez localizada a divisa entre dois municípios ou estados, haverá somente uma linha de projeção.

Para o relator, Sérgio Souza (PMDB-PR), os novos critérios permitem uma distribuição mais equitativa das receitas de petróleo. As novas regras seriam aplicadas apenas aos

contratos firmados a partir da vigência da lei, o que, segundo Souza, evitaria o prejuízo por alterações bruscas nas receitas de estados e municípios.

A proposta segue agora para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa.

A CI também aprovou quatro requerimentos para audiências públicas.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para senador, sucesso se deve, por exemplo, ao combate a cartéis

Dornelles elogia atuação do Conselho de Defesa Econômica

Francisco Dornelles (PP-RJ) elogiou a atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) pelo “alto desempenho”. Ele lembrou que já foi um “crítico veemente”, mas reviu a posição após a edição da nova Lei de Defesa da Concorrência (Lei 12.529/2011).

Segundo o senador, o bom desempenho do Cade foi reconhecido pela revista britânica *Global Competition Review*, segundo a qual o órgão recebeu quatro estrelas (de um total de cinco) e entrou para a categoria das agências “muito boas”. Dornelles atribuiu o resultado a critérios rígidos para fusões, combate a cartéis e celeridade — o prazo médio das decisões (19 dias) está entre os mais rápidos do mundo.

Campanha contra privatização do domínio .amazon

Parlamentares e entidades governamentais realizaram, ontem, um ato no Senado para lançamento de campanha com o objetivo de impedir que a empresa Amazon, dos Estados Unidos, possa patentear o domínio .amazon na internet. O pedido de patente foi feito à Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (Icann, na sigla em inglês), responsável pela coordenação global do sistema de identificadores exclusivos da internet.

Denominada Nossa Amazônia — Contra a Privatização do Nome Amazônia, a campanha lançou uma petição (disponível em www.nossaamazonia.org.br) que pretende recolher assinaturas em documento a ser entregue ao Comitê Gestor



Arthur Almeida/Agência Senado

Hartmut Glaser, Benedicto Fonseca, Vanessa, Raúl Meneses e José Carlos Torves

de Governos da Icann no próximo mês, na África.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) explicou que, caso o pleito da Amazon seja aprovado, para registrar um site com o final .amazon será preciso pedir autorização prévia e

efetivar um pagamento à empresa. Para a senadora, a denominação, que significa amazônia, em inglês, deve permanecer pública. Eduardo Braga (PMDB-AM) e João Capiberibe (PSB-AP) também protestaram contra o pedido.

Aprovadas regras gerais para concursos públicos

Proposta reconhece direito subjetivo dos candidatos inscritos à nomeação, proíbe certames para formação de cadastro de reserva e define responsabilidades por eventuais danos aos candidatos

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o substitutivo do projeto de Lei do Senado 74/2010, que estabelece regras gerais para a realização de concursos públicos. O texto busca preservar o direito subjetivo — já reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) — dos aprovados em concurso público à nomeação nas vagas previstas no edital e no prazo de validade da seleção.

Também fica proibida a realização de concurso para formação de cadastro de reserva ou com oferta simbólica de vagas, ou seja, em número inferior a 5% dos postos já existentes no cargo ou emprego público federal.

“O cidadão-candidato não pode mais ficar sujeito às gritantes irregularidades que vêm ocorrendo nos concursos públicos, as quais impedem o acesso justo e igualitário a cargos e empregos públicos”, argumenta Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) no voto favorável ao PLS 74/2010.

Vida pregressa

Além das tradicionais provas objetiva e discursiva, o substitutivo admite a realização de “sindicância de vida pregressa”

na primeira etapa dos concursos públicos federais. Nesta fase, porém, fica proibida a eliminação de candidato que responda a inquérito policial ou processo criminal ainda sem condenação definitiva.

O PLS 74/2010 determina, por outro lado, que a imposição de qualquer exigência de sexo, estado civil, idade, religião, condição familiar, física ou de outra natureza tenha amparo legal e relação objetiva com incompatibilidades — listadas no edital — entre características individuais e o exercício do cargo. A precaução foi inserida por sugestão de Pedro Taques (PDT-MT).

O edital deverá ser publicado no *Diário Oficial da União* 90 dias antes da realização da primeira prova, sendo veiculado

um dia depois nos sites do órgão que realiza o concurso e da instituição organizadora. As inscrições só poderão ser feitas pela internet, limitando-se o valor da taxa a 3% da remuneração inicial do cargo em disputa.

O substitutivo obriga ainda o órgão público ou a entidade promotora do concurso a indenizar os candidatos por prejuízos causados pelo cancelamento ou anulação de concurso com edital já publicado. A decisão deverá ser fundamentada e amplamente divulgada. Na próxima semana, a CCJ deverá submeter o substitutivo a turno suplementar de votação. Depois disso, se não houver recurso para votação pelo Plenário, a matéria seguirá direto para a Câmara.



Rollemberg, o relator, negocia texto do substitutivo com Randolphe, Aécio e Cyro

Obrigatoriedade de nomeação divide opiniões de senadores

Divergência pontual não inviabilizou a aprovação pela CCJ do substitutivo de Rodrigo Rollemberg ao PLS 74/2010. O foco da discordância foi a obrigatoriedade de nomeação de candidatos aprovados dentro das vagas previstas no edital e do prazo de validade do concurso.

Inquietações com a exigência foram levantadas por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP),

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Eduardo Braga (PMDB-AM) e Aécio Neves (PSDB-MG). Eles ponderaram que o interesse da administração pública deve prevalecer sobre o interesse individual e defenderam ajustes para admitir situações excepcionais que impossibilitem a convocação dos aprovados.

Por outro lado, o relator, além de Pedro Taques (PDT-

MT) e Randolphe Rodrigues (PSOL-AP), acreditam que o interesse da União já está resguardado no substitutivo. Isso teria sido possível ao se acolher emenda de Taques que reconhece o direito subjetivo dos aprovados à nomeação salvo “situação excepcional superveniente, imprevisível, grave e necessária”, justificada em ato formal do gestor público.

Projetos de progressão de pena serão analisados

O Plenário do Senado aprovou ontem, em votação simbólica, requerimento para que três projetos de lei sobre crimes hediondos passem a tramitar em conjunto e sejam enviados à Comissão Temporária de Reforma do Código Penal Brasileiro.

Com a aprovação, o PLS 90/2011 fica apensado aos PLSs 30/2008 e 421/2008, que já tramitavam em conjunto. Todos tratam da progressão de pena para condenados por crimes hediondos. A progressão de pena permite ao condenado, após iniciar



Eunício preside a comissão que tratará das penas por crimes hediondos

o cumprimento da punição em regime fechado, progredir para o regime semiaberto e, posteriormente, para o aberto, desde que atenda diversos requisitos.

Instalada em agosto de 2012, a comissão do novo Código Penal (PLS 236/2012) é composta por 11 senadores titulares e 11 suplentes. O presidente é Eunício Oliveira (PMDB-CE) e o vice-presidente é Jorge Viana (PT-AC). A relatoria está a cargo de Pedro Taques (PDT-MT).

Os trabalhos do colegiado devem ser encerrados até outubro, com a votação do relatório final. Depois, a matéria terá de passar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, finalmente, pelo Plenário.



Presidente da CCJ, Vital do Rêgo (E) conversa com o juiz Cláudio Brandão

Indicação de Cláudio Brandão ao TST passa na Comissão de Justiça

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem por unanimidade a indicação do juiz do Trabalho Cláudio Mascarenhas Brandão para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), na vaga aberta com a aposentadoria do ministro Horácio Raymundo de Senna Pires. A matéria segue agora para o Plenário para votação em regime de urgência.

A regulamentação da Emenda Constitucional 73, que trata do trabalho doméstico, foi comentada pelo magistrado durante a sabatina.

— A emenda traz inclusão para este segmento como cidadãos. Por esta razão, sou favorável a sua mais rápida implementação — declarou.

O combate ao trabalho infantil e escravo também foi objeto de comentários de Cláudio Brandão, que pregou um maior engajamento da sociedade e do Congresso no enfrentamento ao problema.

O indicado também defendeu a ratificação da convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que possibilita aos trabalhadores a unificação de representações sindicais.

Aloysio quer acelerar votação da PEC do Trabalho Escravo

A PEC do Trabalho Escravo, que permite a expropriação de terras onde houver exploração de trabalhadores, vai à votação na próxima semana na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O relator da matéria, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), defende a aprovação do texto sem modificações, para que a proposta não retorne à Câmara — onde enfrentou resistência de deputados ligados ao agronegócio e só foi aprovada depois de 11 anos de tramitação.

Aloysio discorda de quem aponta risco de expropriações arbitrárias com a eventual aprovação da PEC. Ele argumenta que não pode haver



Aloysio acredita que o Senado pode aprovar a PEC sem modificações

expropriação sem processo legal, que, por sua vez, tem de ser regulamentado por uma lei. Para evitar resistências, Aloysio propôs que se crie uma comissão mista para a aprovação da regulamentação, o que, segundo ele, pode ocorrer simultaneamente à votação da PEC.

Walter Pinheiro apoia novos tribunais regionais federais

Walter Pinheiro (PT-BA) manifestou apoio ontem aos projetos que visam estender o alcance do Poder Judiciário, especialmente com a criação de novos tribunais regionais federais, argumentando que o atendimento prioritário ao cidadão deve prevalecer sobre as discussões orçamentárias. Para o parlamentar, que criticou a concentração das esferas superiores da Justiça em poucos lugares, o “pleito histórico” pelos novos tribunais deve ser entendido no contexto da demanda por cidadania.

Segundo Pinheiro, a questão não é criar tribunais em determinados estados para



Pinheiro considera a demanda por novos tribunais um pleito histórico

que senadores digam que é obra deles, mas a necessidade de abertura de espaço para que o cidadão possa exercer os direitos. Na avaliação dele, a ampliação do Judiciário deve ter como prioridade atender os mais pobres e levar em conta as “dimensões continentais” do país.